

**Cem dias** Economistas afirmam que incertezas aumentaram com primeiros passos de Lula em 2023

# Governo patina em propostas com sustentabilidade fiscal

Estevão Tairar  
De Brasília

Prestes a completar 100 dias, na segunda-feira, dia 10, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) segue com dificuldades para dar sinais mais concretos sobre a sustentabilidade das contas públicas e iniciar um novo ciclo de crescimento da economia. Além disso, medidas de impactos mais rapidamente perceptíveis, como a renegociação de dívidas de pessoas físicas, ainda não foram colocadas em prática.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vem atuando para reverter políticas adotadas no fim do governo Bolsonaro, apaziguar ânimos dentro do próprio governo e colocar de pé uma agenda estrutural — que inclui não apenas o novo arcabouço fiscal, mas também a reforma tributária. Mesmo assim, diversos economistas afirmam que as perspectivas continuam incertas.

“Terminamos 2022 com muitas dívidas”, diz Natalie Victal, economista-chefe da SulAmérica Investimentos. “Hoje, com 100 dias, temos dívidas adicionais.”

A política econômica da atual administração começou a ser implantada ainda em 2022, durante a transição de governo.

Na época, diversos assessores de Lula consideravam que o Orçamento proposto pelo então presidente Jair Bolsonaro para este ano estabelecia um patamar excessivamente baixo para as despesas primárias da União (aquelas que não levam em conta a dívida pública).

Para esse grupo, o patamar impossibilitava a realização de uma série de políticas públicas consideradas essenciais, como o novo Bolsa Família e a recomposição do Farmácia Popular.

O impasse foi resolvido com a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Transição, que permitiu ao governo federal aumentar o teto de gastos em R\$ 145 bilhões neste ano.

Haddad afirma com frequência que, para implantar “medidas eleitoreiras”, Bolsonaro e o então ministro da Economia, Paulo Guedes, deixaram “um rombo de

R\$ 300 bilhões” para 2023. Segundo o sucessor de Guedes, a solução desse rombo ocupou até aqui parte considerável da sua agenda. Há poucas semanas, o titular da Fazenda afirmou que as medidas “irresponsáveis” adotadas por Bolsonaro em 2022 vinham consumindo aproximadamente 70% do seu tempo.

Já no cargo de ministro, Haddad implantou a leva inicial de medidas logo na primeira quinzena de janeiro. O objetivo era diminuir o déficit primário deste ano, previsto em R\$ 231 bilhões no Orçamento.

As mudanças visam aumentar a arrecadação e têm impacto máximo de aproximadamente R\$ 242 bilhões — equivalente a 2,26% do Produto Interno Bruto (PIB) e suficiente para gerar um pequeno superávit primário. Entre elas, estão alterações no voto de desempate no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf), o que na teoria tende a beneficiar a União nos julgamentos tributários. Mas tanto o ministro quanto o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, vinham afirmando que um rombo de aproximadamente R\$ 100 bilhões era considerado uma meta mais factível.

O cálculo está em linha com a projeção mediana mais recente do mercado, de déficit de R\$ 99 bilhões, segundo o relatório Prisma Fiscal, do Tesouro, realizado até 5 de março.

A primeira vitória mais concreta de Haddad no período foi a reatuação de impostos federais sobre combustíveis, fruto de uma batalha nos bastidores com a presidente do PT, Gleisi Hoffmann. A desoneração foi uma das “irresponsabilidades” realizadas meses antes da eleição presidencial pelo governo Bolsonaro, com a justificativa de que a guerra na Ucrânia tinha causado graves distorções nos preços dos combustíveis.

O ministro da Fazenda conseguiu, no entanto, retomar parcialmente a cobrança do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre gasolina e etanol. A reatuação, ao lado da implanta-

ção de um imposto de 9% sobre a exportação de óleo bruto, foi suficiente para alcançar a arrecadação adicional de R\$ 28,8 bilhões planejada por Haddad.

Na semana passada, foi a vez de ele apresentar as linhas gerais do novo arcabouço fiscal. A regra que substituirá o teto de gastos prevê as despesas crescendo no máximo a 70% das receitas até o fim do terceiro mandato de Lula. Mas isso depende de metas estabelecidas para o resultado primário consideradas ambiciosas por vários especialistas em contas públicas.

Haddad e Ceron admitem que, para alcançar a meta prevista para este ano (aproximadamente R\$ 50 bilhões) será necessária uma nova leva de medidas semelhante às adotadas no começo do ano e que deve ser apresentada nesta semana. Já a Lei Complementar que estabelece o novo arcabouço ainda precisa ser aprovada pelo Congresso.

O ministro da Fazenda também vem encontrando dificuldades técnicas para implantar outra das grandes prioridades deste início de governo: o Desenrola, programa que tem o objetivo de ajudar a renegociar R\$ 50 bilhões em dívidas contraídas 37 milhões de pessoas físicas.

A apresentação do programa foi sinalizada por Haddad desde janeiro, sem se concretizar. No início de março, o ministro reconheceu que o sistema virtual que cruzaria todas as informações necessárias era “complexo” e que a contratação do desenvolvimento desse mesmo sistema estava apenas começando.

Um dos principais focos da política econômica do terceiro mandato de Lula é a reforma tributária sobre consumo, que substituiu cinco impostos e uma contribuição por um único Imposto sobre Valor Agregado (IVA), cobrado sobre o destino. Os tributos são PIS/Cofins, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto Sobre Serviços (ISS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Economistas de diferentes escolas de pensamento afirmam que, nos moldes propostos, a reforma tende a simplificar de maneira significativa a cobrança de impostos no Brasil, o que teria impactos também significativos sobre o crescimento da economia.

O ministro, citando cálculos do secretário especial da Fazenda para o tema, Bernard Appy, já afirmou que as mudanças podem ele-



Natalie Victal, da SulAmérica: “Terminamos 2022 com muitas dívidas. Hoje, com 100 dias, temos dívidas adicionais”

## Projeções econômicas

Antes e depois da posse de Lula\*

	Em 26/dezembro/2022			Em 27/março/2023		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025
■ IPCA	5,23	3,6	3,2	5,93	4,13	4
■ PIB	0,79	1,5	1,9	0,9	1,4	1,71
■ Câmbio	5,27	5,26	5,3	5,25	5,3	5,3
■ Selic	12	9	8	12,75	10	9

Fonte: Banco Central \*Com a exceção do câmbio (R\$), todas em %

var o PIB entre 12% e 20% depois de 15 anos da implantação.

“O avanço nas discussões sobre a reforma tributária é bastante promissor”, diz Rafaela Vitoria, economista-chefe do Banco Inter. Atualmente, a PEC que trata do tema está em discussão no Grupo de Trabalho (GT) criado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Embora seja o protagonista da agenda econômica de Lula 3, Haddad tem responsabilidade por apenas uma parcela dela.

A influência limitada se deve tanto pela influência do próprio presidente quanto pelo desmembramento realizado por Lula no Ministério da Economia, que até o ano passado tinha Guedes como titular.

A divisão da pasta levou à recriação de outros três ministérios: Planejamento e Orçamento, comandado pela ex-senadora e candidata à Presidência, Simone Tebet; Desenvolvimento, Indústria e Comércio, comandado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin; Previdência, comandado pelo presidente do PDT, Carlos Lupi. Também têm influência sobre a agenda econômica atores como o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, e principalmente o ministro da Casa Civil, Rui Costa.

Em alguns casos, a atuação de outros ministérios, além da exer-

cida diretamente pelo próprio Lula, gerou turbulências com o titular da Fazenda. Entram na lista a elevação do salário mínimo para R\$ 1.320 e a redução dos juros máximos mensais dos empréstimos consignados para beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Em ambos os casos, o ministro da Fazenda era contra as medidas, pelo menos nos moldes em que elas foram inicialmente propostas. Como agravante, tanto Haddad quanto Costa são considerados possíveis sucessores de Lula em 2026, o que causou desentendimentos entre os ministros nos bastidores, principalmente durante a elaboração do arcabouço.

Mas nenhuma das discussões nas quais o ministro da Fazenda acabou envolvido foi maior do que a protagonizada por Lula e o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. Desde janeiro, o presidente da República chamou Campos de “esse cidadão”, criticou diversas vezes a política monetária conduzida pelo BC e defendeu mudanças na meta de inflação — tudo isso em um momento delicado, de consolidação da autonomia da autoridade monetária e substituição de dois diretores do Comitê de Política Monetária (Copom).

Embora tenha atuado em várias ocasiões para diminuir a tensão, o próprio Haddad também fez questão de, minutos depois da última reunião do Copom,

afirmar a jornalistas que considerava o tom do comunicado do BC “muito preocupante”.

Na ocasião, o colegiado manteve a Selic em 13,75% ao ano e repetiu frase presente em comunicados anteriores, de que não hesitaria “em retomar o ciclo de ajuste [monetário] caso o processo de desinflação não transcorra como esperado”. Dias depois, Tebet fez críticas semelhantes ao BC.

Para Juan Jensen, sócio da consultoria 4intelligence, “os primeiros 100 dias foram muito ruins na questão monetária”.

“O governo acabou arrumando problema onde não existia. Isso continou as expectativas de inflação [um dos fatores considerados pelo BC para conduzir a Selic], que têm subido e que acabam demandando até mais juros”, afirma. Ele destaca que “a curva de juros subiu em todos os seu vértices, o que encarece o crédito e enfraquece a atividade econômica”. “O debate todo só gerou resultados ruins, que serão colhidos pelo próprio governo Lula”, diz.

Na avaliação de Julia Braga, professora de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), medidas já adotadas ou sinalizadas podem “reverter esta fase de baixa do ciclo econômico”, causada por alta dos juros no Brasil e perda de fôlego da economia mundial. Entre essas medidas, estão o aumento acima da inflação do salário mínimo, a ampliação da isenção do Imposto de Renda (IR) e a implantação do Desenrola. A professora da UFF também destaca positivamente propostas “que tendem a possuir efeito mais estrutural, de longo prazo”. Ela cita como exemplos a intenção do BNDES de lançar um novo instrumento para captar recursos, chamado de Letra de Crédito de Desenvolvimento e o plano do governo de interromper a liquidação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec).

### SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

A COPEL Distribuição S.A. torna público que recebeu do Instituto Água e Terra - IAT a Licença de Operação de Regularização nº 37041, com validade até 24/02/2028, para a Subestação de Energia Elétrica 138 kV SOCORRO, instalada no município de Guarapuava, no estado do PR.

A COPEL Distribuição S.A. torna público que recebeu do Instituto Água e Terra - IAT a Licença de Operação de Regularização nº 37053, com validade até 27/03/2028, para a Subestação de Energia Elétrica 138 kV FUNDÃO, instalada no município de Foz do Iguaçu, no estado do PR.

A COPEL Distribuição S.A. torna público que recebeu do Instituto Água e Terra - IAT a Licença de Operação de Regularização nº 37043, com validade até 27/02/2028, para a Subestação de Energia Elétrica 138 kV SANTA CLARA, instalada no município de Guarapuava, no estado do PR.

### GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA



ABERTURA DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 325/2023

PROTÓTIPO: 19.540.982-0  
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e serviços de implantação de solução cabeamento estruturado e de conectividade lógica para o QG - Quartel do Comando-Geral da Polícia Militar do Paraná.

INTERESSADO: Comando Geral da Polícia Militar - PMPR  
Abertura: 20/04/2023 às 09h30min

O edital encontra-se à disposição no portal [www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br) ícone LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO (nº PE 325/2023) e licitações-e do Banco do Brasil, licitações por instituição, SESP, ID 995650 do Banco do Brasil. SESP, 05/04/2023

### SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



Publicação de Edital  
DEVOLUÇÃO DE PRAZO

Os interessados poderão acessar o edital nos sites: <http://www.licitacoes-e-com.br> e <http://www.administracao.pr.gov.br/compras> e os autos do processo na Comissão Permanente de Licitação – CPL, Avenida Prefeito Lothário Meissner, nº 350, Curitiba – Paraná, telefones (41) 3360-6743, protocolo nº 19.936.774-9 Pregão Eletrônico nº 350/2023. Valor máximo total: R\$ 2.459.582,64. Abertura: 17/04/2023, às 09h00. Objeto: **Prestação de serviços contínuos de ANÁLISE E PROCESSAMENTO DE EXAMES DIAGNÓSTICOS LABORATORIAIS**, por empresa especializada, pelo período de 12 (doze) meses, para atender a demanda do **HOSPITAL REGIONAL DA LAPA SÃO SEBASTIÃO – HRLSS**. Ato de autorização: Exmo. Sr. Dr. Cesar Augusto Neves Luiz (Cesar Neves) - Secretário de Estado da Saúde, em 27/02/2023. Banco do Brasil <http://www.licitacoes-e-com.br> identificador nº 995714. Contratações Públicas <http://www.administracao.pr.gov.br/compras> (gms) nº 350/2023. Karin Stopinski – Pregoeira. Curitiba, 05 de abril de 2023



AVISO DE LANÇAMENTO DE LICITAÇÃO - Projeto BR-L1491 / Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética da Celesc – BID. Contrato de Empréstimo nº: 4404/OC-BR. Licitação Pública Nacional nº 23/00205, conforme Políticas de Aquisições do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Objeto: Contratação de empresa para execução das Obras na Subestação Abaixadora de Tensão, descrita no Lote abaixo relacionado, incluindo o fornecimento de equipamentos e materiais necessários à execução das Obras, conforme descrito nas Especificações Técnicas, Projetos de Engenharia, Plantas e demais documentos relacionados na Parte 2, Seção 6 – Requisitos das Obras, e constantes em meio eletrônico anexos ao Edital. Lote único: Construção da SE Florianópolis Monte Verde – Etapas 1.72.1- 2-3 e Seccionamento da LD 138 kV Trindade – Rationes, com extensão de 1,2 km. A licitação está aberta a todos os Concorrentes oriundos de países elegíveis do Banco. Edital e cópias adicionais: [www.celesc.com.br/](http://www.celesc.com.br/) link “Fornecedores”. Código TCE/SC: A8E79304F5DAD94787FC8741F1C59046464E50B1.



3º Resultado - Credenciamento 01/2022 - Protocolo 18.762.642-0

OBJETO: Credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais devidamente matriculados na Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR, para atuarem nos leilões administrativos realizados pelo DETRAN/PR.

#### Leiloeiros Inabilitados:

- Andre Luiz Wuitschik – JUCEPAR nº 20/327-L.

- Afonso Marangoni – JUCEPAR nº nº 12/046-L

Atas com os resultados estão disponíveis nos portais: [www.detrans.pr.gov.br](http://www.detrans.pr.gov.br) e [www.administracao.pr.gov.br/Compras](http://www.administracao.pr.gov.br/Compras).

### EDITORA GLOBO S.A. CNPJ 04.067.191/0001-60 – NIRE 33.3.0032640-5 Aviso aos Acionistas

A Editora Globo S.A. (“Companhia”) comunica aos seus acionistas que acham-se à disposição dos Senhores, na sede social na Rua Marques de Pombal, nº 25, sala 201, os documentos indicados no Artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31/12/2022. Rio de Janeiro, 31 de março de 2023. A Diretoria. Esta é a íntegra deste aviso aos acionistas, a qual se encontra publicada e disponível simultaneamente no periódico digital: <https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/>

### FERTILIZANTES HERINGER S.A. CNPJ Nº 22.295.175/0001-88 FATO RELEVANTE

Fertilizantes Heringer S.A. (“Companhia”), em atendimento aos termos do artigo 157, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”) e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 44, de 23 de agosto de 2021, em continuidade aos avisos de fato relevante divulgado em 20 de dezembro de 2021, 26 de janeiro, 28 de março, 27 de abril, 23 e 26 de agosto, 6 e 13 de setembro, 25 e 29 de novembro, 19 e 23 de dezembro de 2022, bem como ao comunicado ao mercado divulgado em 8 de março de 2023, vem comunicar aos seus acionistas e ao mercado em geral o que segue. Fazemos referência ao pedido de registro de oferta pública de aquisição de até a totalidade de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Oferta”) protocolado pela Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda., controladora indireta da Companhia (“Eurochem” ou “Ofertante”), junto à CVM e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), em decorrência da alienação indireta de controle da Companhia, assegurando aos seus acionistas minoritários tratamento igualitário aquele dado aos seus antigos acionistas controladores (“OPA por Alienação de Controle”), que, a princípio, seria unificada com uma oferta pública para aquisição de ações (“OPA para Cancelamento de Registro” e “OPA para Saída do Novo Mercado”, respectivamente), e (ii) para a saída do segmento especial de negociação da B3 denominado Novo Mercado (“Novo Mercado”), bem como para a descontinuidade, pela Companhia, das práticas diferenciadas de governança corporativa estabelecidas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado (“Regulamento do Novo Mercado”, “Saída do Novo Mercado” e “OPA para Saída do Novo Mercado”, respectivamente). A Companhia foi comunicada, nesta data, pela Eurochem que, tendo em vista o decurso de prazo, em sua visão, excessivamente longo para a conclusão do processo de registro e condução de sua Oferta, em grande medida em decorrência de discussões e questionamentos com relação aos (i) laudos(s) de avaliação que dariam suporte à OPA para Cancelamento de Registro e OPA para Saída do Novo Mercado (incluindo o laudo de avaliação preparado por instituição indicada e escolhida pelos acionistas minoritários), decidiu alterar a estrutura de sua Oferta para não mais perseguir o objetivo de Cancelamento de Registro e Saída do Novo Mercado e registrar exclusivamente uma OPA por Alienação de Controle. Segundo o Ofertante, tal medida tem o benefício de acelerar o processo de registro e condução da Oferta, uma vez que a OPA por Alienação de Controle não exige a apresentação de laudo de avaliação sobre o valor justo das ações da Companhia, de maneira que serão encerrados os questionamentos relacionados ao laudo de avaliação. Sendo assim, a Eurochem comunicou a Companhia que foi realizado, nesta data, protocolo das versões atualizadas da documentação da Oferta perante a CVM e a B3, indicando intenção de não mais perseguir os objetivos de Cancelamento de Registro e Saída do Novo Mercado, seguindo exclusivamente com a OPA por Alienação de Controle, oferecendo aos demais acionistas da Companhia um preço por ação nos mesmos termos e condições pagos ao antigo acionista controlador, devidamente corrigido pela taxa SELIC, sendo eles, conforme minuta de edital da OPA protocolada: (i) uma parcela inicial no valor de R\$12,96 (doze reais e noventa e seis centavos) por ação, atualizada nos termos do Edital da Oferta e pago na data de liquidação da Oferta; e (ii) eventual valor adicional que seja pago aos antigos controladores, caso sejam realizadas liberações do Valor Retido e/ou a título de Ativos Contingentes nos termos do Contrato de Compra e Venda, também sujeito aos ajustes previstos no Edital da Oferta. Por fim, o Ofertante também indicou à Companhia, conforme já notificado aos antigos controladores da Companhia e descrito na minuta do Edital da Oferta protocolada, tendo em vista as contingências já identificadas na Companhia, que incluiu os impactos já apurados até a presente data com relação à investigação atualmente em curso na Companhia, que a expectativa do Ofertante é que o montante total dos Valores Retidos e, caso aplicável, dos Ativos Contingentes, será consumido em sua integralidade e significativamente ultrapassado pelas indenizações. Desta forma, no entender do Ofertante não haverá liberação de quaisquer valores em adição aos já pagos aos antigos controladores e, consequentemente, a expectativa do Ofertante é de que também não haja pagamentos adicionais à parcela inicial aos acionistas da Companhia que aceitaram alienar suas ações na Oferta. A nova versão do Edital da Oferta será disponibilizada, nesta data, no website [ri.heringer.com.br](http://ri.heringer.com.br) e na sede social da Companhia, bem como nos sites da CVM e da B3. A Companhia esclarece que o registro da Oferta se encontra em processo de análise na CVM e na B3 e manterá o mercado informado sobre eventuais desdobramentos do mencionado processo. Paulínia, 31 de março de 2023. Julio Enrique Varela Gubitosi - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.